



# A INTERNACIONALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO

---

**Daniel Féo Castro de Araújo**  
*Universidade de Brasília*

## RESUMO

Esta pesquisa procura compreender as relações e os interesses de agentes políticos e econômicos nacionais e internacionais que levaram a impulsionar nesses últimos anos o avanço do agronegócio no território brasileiro. Partindo da premissa de que os agentes econômicos e políticos presentes no atual sistema de acumulação estão movidos por lógicas e interesses relacionados ao mercado financeiro internacional, podemos perceber a convergência de objetivos em espaços da economia global devido ao aumento da financeirização das terras, ampliando a disponibilidade de novos estoques de terra no mercado. Neste contexto, a desigualdade geográfica brasileira e o aumento do desenvolvimento produtivo no campo, principalmente com a ampliação da concentração fundiária, resultaram em inéditas violações aos direitos humanos, especificamente a liberação descontrolada de agrotóxicos e transgênicos, assim como as desastrosas consequências que advém disso.

**Palavras-chave:** Questão agrária; agronegócio; Governo Bolsonaro; Movimentos sociais do campo.

# THE INTERNATIONALIZATION OF AGRIBUSINESS AND THE BRAZILIAN AGRARIAN ISSUE IN THE BOLSONARO GOVERNMENT

---

## ABSTRACT

This research aims to understand the relationships and interests of national and international political and economic agents that have driven the advancement of agribusiness in Brazilian territory in recent years. Based on the premise that the economic and political agents present in the current accumulation system are driven by logics and interests related to the international financial market, we can perceive the convergence of objectives in spaces of the global economy due to the increase in the financialization of land, expanding the availability of new land stocks in the market. In this context, Brazilian geographical inequality and the increase in productive development in the countryside, especially with the expansion of land concentration, resulted in unprecedented violations of human rights, specifically the uncontrolled release of pesticides and transgenics, as well as the disastrous consequences that arise from it.

**Keywords:** Agrarian issue; agribusiness; Bolsonaro Government; Rural social movements.

## INTRODUÇÃO

O Neoliberalismo tem dado à luz a ondas ultraconservadoras que têm permeado a cena mundial nos dias de hoje. É um fenômeno que, nos mais variados lugares, está gerando uma descontente popular perante a crise econômica e seus reflexos na sociedade e no meio ambiente, além de tentativas de controlar a influência dos segmentos hegemônicos. Em meio a essa atmosfera internacional e globalizada, tem se legitimado ao permitir a eleição de governos alinhados à extrema-direita e ao aumento do número de organizações neofascistas em todo o mundo. Uma narrativa foi construída que aponta imigrantes, pessoas LGBT, aqueles com tendências esquerdistas e o comunismo como culpados por todos os males que assolam nossas sociedades, e que devem ser eliminados (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020).

Após o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, a agenda conservadora e reacionária teve ainda mais voz no Brasil (SAUER, LEITE, TUBINO, 2020). O governo Temer desempenhou o papel de aprofundar as contradições do neoliberalismo, e com a eleição de Bolsonaro, a situação dos setores públicos e das ações governamentais foi ainda mais exacerbada. Diante do ritmo adotado pelo Governo Federal, bem como dos desdobramentos decorrentes da excepcionalidade global provocada pela pandemia da Covid-19, o que mais se evidencia é a diferença abissal existente entre classes sociais no Brasil. A postura despreparada e negacionista de tal administração só comprova essa realidade.

O Governo Bolsonaro, elevando o discurso de ideais nacionais, declarou frases emblemáticas como “Brasil acima de tudo” e “Meu partido é o Brasil”, que serviram de combustível na corrida eleitoral de 2018 (SOYER, BARBOSA 2020). Em termos econômicos, o neofascismo pretende radicalizar a agenda neoliberal. A exemplo disso, o envolvimento de grandes corporações internacionais em negócios e a relação submissa com os Estados Unidos, como por exemplo o infame contrato que transferiu a Base de Alcântara para os EUA em troca de um acesso a tecnologias no Brasil, demonstra um desrespeito à nossa soberania e tem causado danos graves para os moradores de Alcântara, inclusive levando à remoção de suas comunidades quilombolas (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020).

As estratégias ultraliberais de governo impostas visavam à implementação de uma agenda de privatizações, dando as empresas transnacionais livre acesso a compras de terras (MITIDIERO JUNIOR, MOIZÉS, MARTINS, 2020). No entanto, o cenário criado pela pandemia trouxe consigo um estado de paralisação econômica mundial, interrompendo a execução desses projetos. Sem ideias para diminuir os efeitos negativos na economia, que levaram a níveis de desemprego nunca vistos no Brasil e a uma queda acima da média mundial, o governo fica sem soluções (MITIDIERO JUNIOR, MOIZÉS, MARTINS, 2020).

As transformações ocorridas nas últimas décadas, como a intensificação da disputa internacional pelo uso das terras e o consequente controle do território, têm

influências diretas na natureza, nos povos tradicionais e na soberania alimentar (ALENTEJANO, 2020). Com o crescente domínio do agronegócio, os padrões de produção de alimentos mudam de forma radical, uma vez que priorizam as *commodities* destinadas à exportação. Assim, a problemática agrária esteve e se mantém no foco de discussão e consideração mais ainda neste momento de pandemia, pois é indispensável o debate a respeito da reforma agrária popular e outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Nesse sentido, o artigo procura compreender as relações e os interesses de agentes políticos e econômicos nacionais e internacionais que levaram a impulsionar nesses últimos anos o avanço do agronegócio no território brasileiro. Partindo da premissa de que os agentes econômicos e políticos presentes no atual sistema de acumulação estão movidos por lógicas e interesses relacionados ao mercado financeiro internacional, podemos perceber a convergência de objetivos em espaços da economia global devido ao aumento da financeirização das terras, ampliando a disponibilidade de novos estoques de terra no mercado (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020).

Em relação ao método, consideramos que ele se trata de um sistema de pensamento coerente com o objetivo de alcançar resultados desejados. É vital que estejam claras as técnicas intelectuais e práticas a serem utilizadas na construção de conhecimento a respeito do tema investigado. Desta forma, o fenômeno analisado é a principal indicação para definir o melhor caminho a ser trilhado. Seguimos ao longo deste trajeto com base na obra do professor Milton Santos (2013), onde ele considerando o espaço como uma unidade integrada de objetos e ações. A percepção da realidade está baseada na capacidade de entender o emprego do território e executar os objetos e as ações que configuram o espaço geográfico, fruto das possibilidades atribuídas pelos agentes sociais.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou realiza-se sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2013, p. 106).

Nessa perspectiva analítica adotada neste artigo recorre também às contribuições trazidas pela crítica ao capitalismo formuladas pelo pensamento de (CHESNAIS, 2012; HARVEY, 2005, MÉSZÁROS, 2002, 2007; ELIAS, 2011; MICHELOTTI E SIQUEIRA 2014, SAUER, LEITE, 2012; OLIVEIRA, 2016) na busca de entendimento das várias dinâmicas superpostas no complexo problema da internacionalização do agronegócio e os impactos de políticas ambientais e fundiárias.

A partir de estudos de diversos autores (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020; ALENTEJANO, 2020; PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020; MITIDIERO JUNIOR, MOIZÉS, MARTINS, 2020; SANTOS, 2020; SAUER, LEITE, TUBINO, 2020), examinamos as políticas do governo Bolsonaro que causaram os impactos sociais, ambientais e éticos e favorecem o crescimento do agronegócio em comunidades rurais, terras de povos indígenas e áreas de quilombolas.

Para a realização da pesquisa utilizamos como instrumentos de análise: a) levantamento bibliográfico, leituras de material acadêmico já publicado sobre o tema (teses e dissertações, livros, periódicos, dentre outros) através de levantamento bibliográfico temático (específico sobre o governo Bolsonaro e a questão agrária brasileira); b) pesquisa em campo que consistiu em levantamento, exame e organização de dados secundários da existência de uma publicação anual organizada pela CPT que reúne os dados de violência no campo - vale enriquecê-la com as conclusões da mais importante base de dados sobre o rural brasileiro, a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recente Censo Agropecuário do IBGE-2017 mostra que os dados quantitativos revelam mais concentração fundiária e mais exclusão social em pleno século XXI.

As investigações prévias e os estudos atuais indicam que o aumento da destruição da Amazônia é atribuível à ação de entidades econômicas, tanto nacionais quanto estrangeiras, interessadas na ampliação do espaço de mercado e na produção de recursos naturais para abastecer o comércio de produtos alimentícios, incluindo carne, grãos e minerais. Neste cenário, ao desestimular a força das agências de preservação do meio ambiente, bem como com a criação de medidas que flexibilizam leis e regulamentos voltados à proteção social, étnica e ambiental, o Estado foi um dos principais causadores do aumento do desmatamento na Amazônia nos últimos anos.

O texto está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte deste texto, abordaremos os vínculos existentes entre a crise global e estrutural do capital e as transformações na conjuntura política. Destacaremos, especificamente, os impactos que deixaram na questão agrária. Na segunda parte da análise, examinamos as políticas do governo Bolsonaro que beneficiam os interesses agronegócio. Essas políticas incentivam a expansão do agronegócio em áreas comunitárias como assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas, sem considerar as consequências sociais, ambientais e éticas desta decisão.

Nessa perspectiva, espera-se que este trabalho contribua para amplos debates em Geografia agrária, bem como em toda a sociedade. A problemática do Território não se limita apenas a questões ambientais, mas envolve também os conflitos sociais que emergem das relações de poder entre grupos sociais que disputam o uso e o controle do território. Ela pode auxiliar na compreensão como essas forças se encaixam no contexto financeiro e quais os impactos dessas ações no desenvolvimento das forças produtivas do campo brasileiro.

### **Internacionalização do agronegócio redes geográficas e Integração territorial da globalização financeira**

A rapidez com que o processo de financeirização das terras e de *commodities* espalhou-se por todos os estados e ecossistemas do território brasileiro é preocupante (SAUER, LEITE, TUBINO, 2020. Milhares de hectares de floresta são convertidos, a cada ano, para agricultura intensiva e produção de carne, soja e cana-de-açúcar (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). Desta forma, o desmatamento tem ligações com fortunas à escala mundial, principalmente de países ricos da Europa, e mais recentemente da China, que se apresenta como um grande investidor.

Ao se debruçar sobre a discussão teórica, encontramos argumentos, como os de Chesnais (2005), Harvey (2005), Mészáros (2002, 2007), Brenner, Peck e Theodore (2010), que dão a entender que este processo não é temporário, mas sistêmica, estendendo-se por um longo período de tempo e afetando o próprio tecido do capitalismo, desde o nível empresarial até o sistema financeiro-especulativo, numa escala planetária. Assim, desde a década de 1970, o mundo sofreu profundas transformações, não apenas no âmbito normativo, mas também na materialidade, que permitiu a configuração atual da mundialização financeira OLIVEIRA, 2016). Portanto, para entender as mudanças no espaço geográfico desde então, é necessário compreender as transformações na economia e sua relação com a materialidade.

De acordo com Michelotti e Siqueira (2014), Sauer e Leite (2012), com a globalização da economia, diversos países e grupos desenvolveram alianças com empreendedores brasileiros do agronegócio, após as finanças internacionais investirem em especulação de terras e ofertarem financiamentos para ampliação de monoculturas. É essencial reforçar que o trabalho realizado por essas instituições financeiras, envolvendo investimentos e busca de lucros futuros, contribuem para a “ampliação do capital-dinheiro” e um aumento do capital fictício (CHESNAIS, 2005).

A crise imobiliária global de 2008 desencadeou um fluxo de investimentos para empresas financeiras estrangeiras que buscavam novas maneiras de aproveitar os lucros de agronegócios e terras, o que foi descrito por Harvey (2005) como mudanças em regimes de acumulação e financiamento, levando a terra a ser considerada como um negócio, um ativo econômico e uma mercadoria para o mercado de *commodities*. Compreendemos que a potencialidade de liquidez da terra no mercado internacional aumentou o desmatamento desde o começo da primeira década deste século. Os investimentos em projetos econômicos, por exemplo, na Amazônia se multiplicaram tanto na origem quanto no tamanho, seguindo a dinâmica da economia global.

Diante disso, Oliveira, (2016) contextualiza que Brasil tem se estabelecido como um país altamente agrícola e globalizado, assim como um agronegócio que segue a

racionalidade técnica associada ao modo hegemônico de capitalismo. A articulação entre diversos atores, nacionais e estrangeiros, é amplamente possibilitada por aquisições e fusões, além da comercialização de ações de empresas brasileiras no mercado de valores. Assim, Elias (2011) destaca como agentes desse agronegócio são grandes corporações que detêm grande parte dessa movimentação financeira.

[...] empresas, sejam agrícolas, agroindustriais, grandes corporações agroalimentares, agroquímicas, incluindo os principais agentes do capitalismo contemporâneo, ou seja, o capital financeiro através de vários de seus instrumentos, incluindo os fundos de investimentos, acirrando o processo de financeirização da agropecuária, que inclui a abertura de capitais de várias empresas do agronegócio na bolsa de valores. Faz-se mister destacar, também, que só é possível compreender a dinâmica de produção e acumulação do agronegócio globalizado englobando também os agentes que já atuavam no setor, tais como os proprietários de terra, os agricultores etc. (ELIAS, 2011, p. 4).

Deste modo fica evidente que a Amazônia se tornou um território altamente internacionalizado, ocupado por forças coloniais e oportunidades aproveitadas pelas grandes fortunas do planeta (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). Sua riqueza natural atraiu investimentos de todo o mundo e seu potencial é reconhecido como um dos maiores do planeta. A região é uma das principais produtoras de alimentos, madeira e minerais, além de abrigar uma biodiversidade única no mundo. É um lugar cheio de oportunidades para investimentos de empresas financeiras estrangeiras quem busca por terras e de *commodities* (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020).

Com o aumento da atenção global sobre o Brasil, grupos de grileiros passaram a negociar ilegalmente as terras, a preços que favorecem investidores domésticos e estrangeiros, criando um cenário favorável para a especulação (KLUCK, 2020). A destruição de áreas florestais é parte essencial do empreendimento econômico que envolve o aproveitamento das terras. Os investimentos se concentram em primeiro lugar em áreas que apresentem aptidão para a criação de gado e produção de grãos e cana-de-açúcar, assim como em Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Além disso, ter boas vias de transporte facilita o escoamento da produção (ALENTEJANO, 2020).

No contexto do desmatamento, houve casos que foram divulgados nos tribunais acerca das ligações entre grandes corporações e o Estado brasileiro nos últimos tempos (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). As grandes JBS, Minerva e Marfrig que estão na produção de carne têm vínculos com entidades financeiras tanto do Brasil quanto do Reino Unido, cujos ramos de atuação estão abrangendo as iniciativas destas empresas para sua ampliação. Essas empresas são consideradas essenciais para o abastecimento de carne bovina e de produtos de carne em várias cadeias de *fast-food* em todo o mundo (SOUZA t al., 2020). No entanto, elas também são acusadas de incentivar o desmatamento na Amazônia e apoiarem a atual política

governamental, apesar de tentarem mostrar uma imagem de que estão atentas aos seus fornecedores e procuram minimizar os riscos (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020).

O EuroChem Group, uma das maiores empresas mundiais de fertilizantes e adubos, tem atividades em diversos países. Com o objetivo de ampliar seus horizontes para a Amazônia, o conglomerado obteve incentivos fiscais oferecidos pelo Estado. Aproveitando as flexibilidades das leis ambientais, a corporação aposta no crescimento do agronegócio e na expansão do seu portfólio (SOUZA et al., 2020). Um grande aumento na produção de fertilizantes é esperado nos próximos anos com a criação de instalações em massa. Esta é a primeira etapa no plano nacional de transformar a Amazônia em um local agrícola importante, mas é também a causa de uma preocupante poluição e toxidade para o meio ambiente. Os habitantes da região de Barcarena relataram a contaminação dos rios e as preocupantes consequências à saúde humana desde que o projeto foi implantado (SOUZA et al., 2020).

Compreendemos que o sistema de gestão em questão se encaixa na dinâmica da economia global e na crescente demanda por bens e produtos agrícolas. No entanto, é importante destacar que ele também é influenciado pelo pensamento colonialista da elite brasileira, que enxerga a região norte do país como um território a ser explorador e colonizado para fins agrícolas (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020). A destinação dessa região é, então, voltada exclusivamente para o agronegócio, com o objetivo de transformá-la em uma fonte de *commodities* para abastecer o mercado internacional. Esse sistema de gestão não leva em consideração a diversidade cultural e ecológica da região norte, nem os sentimentos negativos que essa exploração pode causar à sociedade e ao meio ambiente (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020). Além disso, esse modelo de desenvolvimento econômico desconsidera as necessidades e expectativas da população local, cujos direitos são frequentemente violados e suas vozes silenciadas. Ou seja, é necessário que esse sistema de gestão seja revisto e reformulado, de forma a levar em consideração os aspectos culturais, sociais e ambientais da região norte do Brasil, garantindo o desenvolvimento sustentável e a preservação dos direitos da população local.

A Internacionalização do setor sucroenergético no Centro Oeste, interior de São Paulo e Triângulo Mineiro, de acordo com os estudos de Araújo e Araújo Sobrinho (2020), traz consequências para a agricultura familiar da região. A expansão do cultivo da cana-de-açúcar, em detrimento da diversidade da produção agrícola, representa uma perda significativa para a região, tanto em termos culturais quanto psicológicos. Além disso, os impactos ambientais não podem ser ignorados. O uso de vinhoto, um subproduto da produção de açúcar, como insumo agrícola, pode causar graves problemas ambientais, como a infiltração no solo e nos lençóis freáticos, prejudicando a qualidade da água e da terra para outras atividades agrícolas e para a população local.

É importante destacar que essa monocultura da cana-de-açúcar tem impactos negativos na economia local, uma vez que a maior parte dos lucros é direcionada para empresas multinacionais, em detrimento da agricultura familiar e do

desenvolvimento econômico da região (ARAÚJO, ARAÚJO SOBRINHO, 2020). Ou seja, a Internacionalização do setor sucroenergético na região do Centro Oeste, interior de São Paulo e Triângulo Mineiro deve ser avaliada com cuidado, levando em consideração seus efeitos negativos na agricultura familiar, no meio ambiente e na economia local. É necessário encontrar soluções de produção que equilibrem a agricultura com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento econômico local.

De tal forma, o avanço da economia capitalista vem se tornando cada vez mais insensato, e as medidas aplicadas dentro desse sistema têm tendências marcadas por reverter e retroceder as conquistas sociais com violência (SANTOS, 2020). Em 2008, o quadro tornou-se mais sombrio, com o pico da crise econômica internacional concentrada na bolha especulativa do setor imobiliário nos Estados Unidos, culminando com o colapso de empresas financeiras que pareciam inabaláveis e a disseminação de impactos em nível global. A partir de 2015, o segundo mandato de Dilma Rousseff no governo do Brasil foi marcado pelo início da crise econômica (MITIDIERO JUNIOR, MOIZÉS, MARTINS, 2020). Porém, em meio à sua campanha de reeleição, ela se empenhou na restauração de um estilo de política neoliberais, incluindo o ajuste fiscal, que foi rejeitado por alguns grupos. No entanto, ela ainda foi amplamente apoiada por muitos setores populares (MITIDIERO JUNIOR, MOIZÉS, MARTINS, 2020).

O Presidente Bolsonaro iniciou sua presidência com uma plataforma conservadora, oriunda do golpe de 2016, mas com o passar do tempo, foram se somando elementos mais à direita, alinhados com o pensamento populista (SANTOS, 2020). Desde 2019, o seu caminho se tornou mais acentuado, impactando ainda mais a situação da terra, com a aplicação da agenda neoliberal ao meio rural. Paulo Guedes assumiu o cargo de Ministro da Economia, ele tem tentado implementar uma política neoliberal, a qual se baseia na venda de qualquer bem estatal que seja passível de alienação (SAUER, LEITE, TUBINO, 2020). Porém, a crise gerada pelo novo coronavírus, acompanhada pelo crescimento da crise social e econômica, como o desemprego e o número de mortos, tem feito com que sua meta de privatizações paralisada no Brasil (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020).

A pauta econômica neoliberal definida pelo governo Bolsonaro, além de proferir ameaças públicas e inúmeras acusações nas redes sociais, envolve também uma batalha cultural, que ameaça direitos fundamentais como os sociais, trabalhistas, ambientais e dos grupos minoritários, além dos direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outros moradores do campo (NOBRE, 2020). Com o intuito de adotar uma abordagem de enfrentamento militar e político, o governo tem retirado direitos e enfraquecido os organismos estatais (por meio da redução de financiamentos, por exemplo) que estão encarregados de cumprir políticas públicas para o setor rural (ALENTEJANO, 2020).

No governo Bolsonaro, o Brasil tem intensificado a exploração de recursos naturais e territoriais por meio da apropriação de capitais estrangeiros, como água, petróleo, minérios. Essa intensificação tem extensão significativa para a sociedade brasileira, provocou na redução dos direitos sociais, na diminuição do poder de



barganha dos trabalhadores assalariados e na criação de novas formas mais exploração do trabalho. Além disso, o aumento da exploração de recursos naturais tem resultado na retirada de direitos, no enfraquecimento de instrumentos de proteção e na redução do compromisso do Estado com políticas públicas redistributivas, como a saúde e a educação pública.

### **As principais transformações na geografia agrária decorrentes do governo Bolsonaro**

Bolsonaro chegou a ser eleito por meio de um "consórcio de interesses", que englobou católicos conservadores, em especial neopentecostais evangélicos, Forças Armadas, aliança política do agronegócio, direita "clássica" e neoliberal, capital financeiro e extrema-direita (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Essa coalizão se reflete na agenda política, que é delimitada por três principais características.

Para começar, no campo econômico, o governo Temer (2016-2018) intensificou as práticas neoliberais, com ações como a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos sociais, a Emenda Constitucional 103/2020, que alterou a Previdência, a Lei da Terceirização Total (Lei n.13429, de 31/3/2017) e a Reforma Trabalhista (Lei N. 13.467 (13/07/2017) (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020).

A Bancada Ruralista, bem como as posturas conservadoras e regressivas que foram defendidas pelo governo, são impulsionadas pela conexão política de grupos como o da Pecuária, dos Produtores de Armas, dos Evangélicos Neopentecostais, do Grande Capital Financeiro e do Setor Fármaco-Químico e dos Agrotóxicos (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020). Muitos partidos se unem com o objetivo de implantar uma agenda de recuos inimagináveis. As associações e bancadas estão trabalhando para realizar as frases frequentemente proferidas pelo Presidente Bolsonaro: "Contra tudo que está aí" e "Tem que mudar tudo isso aí, tá ok?" (SOYER, BARBOSA 2020). Com uma gama de discursos desestruturados, frequentemente acompanhados pela expressão "a tudo isso aí", o objetivo proposto é demolir a segurança social, os direitos dos trabalhadores e a pouco sólida soberania nacional (SOYER, BARBOSA 2020).

Ao analisarmos as políticas para o setor agrícola brasileiro, podemos constatar que elas têm resultado em retrocessos quanto à aquisição de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, houve o encerramento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e preservação na demarcação dos territórios indígenas e quilombolas (PERPETUA, HECK, THOMAZ JUNIOR, 2020). A paralisação das políticas de reforma agrária, a criminalização dos movimentos sociais pela terra, o enfraquecimento dos sindicatos, o afrouxamento de leis ambientais, a supressão de conselhos fiscalizadores, a liberação de agrotóxicos, a debilitação das instituições responsáveis pela fiscalização das empresas e a desconstituição dos direitos trabalhistas e previdenciários, são alguns dos fatores que pesam sobre o trabalhador rural (SOUZA et al., 2020).

Ao aprovar o Projeto de Lei 2.633/2020, mesmo com a expiração da Medida Provisória 910/2019, a permissão da autodeclaração sem vistoria foi mantida, comprometendo a segurança das comunidades tradicionais e dos pequenos agricultores (ALENTEJANO, 2020). Dessa forma, qualquer um pode se autoproclamar dono de terra que, por exemplo, os quilombolas, posseiros e pescadores usam há séculos. As transformações realizadas por meio de decretos são reveladoras da tendência autoritária do governo, especialmente no que diz respeito à limitação da democracia e ao controle social das políticas públicas, evidenciadas pela extinção de todos os conselhos que contavam com a participação popular. Isso demonstra um claro retrocesso nas conquistas sociais e uma preocupante concentração de poder nas mãos do Executivo (ALENTEJANO, 2020).

Ao se confrontar com pressões, o Governo reduziu a extinção apenas para aquelas instituições não regulamentadas por lei, como por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), que foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e permanece inativo, uma vez que não foi realizada qualquer reunião para discutir assuntos relacionados à agricultura familiar (SAUER, LEITE, TUBINO, 2020). Este órgão é composto por representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado, e tem como objetivo a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

O Governo Federal aboliu ou alterou as estruturas e atribuições de vários órgãos importantes, desocupando os fóruns e canais de participação da sociedade, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e a Comissão Nacional. Esta ação do governo gerou muitas controvérsias e críticas da sociedade, já que tais órgãos são responsáveis por assegurar o bem-estar social e ambiental do país. De acordo com SAUER, LEITE e TUBINO (2020), essas mudanças prejudicam a proteção dos direitos humanos, sociais e ambientais, além de limitar a participação popular nas decisões que cumpriram a vida de todos os cidadãos.

Com a formação inicial do novo governo, foi possível perceber o que o seu caráter político seria devastador. Ricardo Salles foi nomeado para o MMA. Seu histórico de atuação na gestão do Estado de São Paulo foi um indicativo de que ele não defende o meio ambiente, o que ficou evidente em seu cargo, particularmente com a emissão de um decreto, a pedido do Ministério da Agricultura, para enfraquecer a lei da Mata Atlântica, por meio de critérios estabelecidos no Código Florestal (KLUCK, 2020).

Em 2019, sob a condução de Salles, praticamente levaram à destruição do Fundo Amazônia, com a desativação de apoios financeiros e notórias críticas provenientes dos países doadores à postura anti-ambiental. Em razão disso e de outras falhas, o Conselho da Amazônia foi instaurado em fevereiro de 2020, com o Vice-Presidente Mourão à frente. Como consequência do desmantelamento do estado, que se evidencia na extinção de órgãos antigos em regiões específicas (VALENTE, 2020), o Conselho se torna um passo à frente em relação à militarização, visto que o Decreto

garante a “ordem e lei” (GLO), a ser imposto por militares para evitar o crescente desmatamento (PRAZERES, 2020) na região amazônica.

As ações de ocupação de terra são a principal ferramenta para influenciar os governos na criação de assentamentos de reforma agrária. Essas ações têm como objetivo sensibilizar a opinião pública e pressionar os governos para que cumpram suas promessas de reforma agrária. Além disso, as ocupações de terra também buscam garantir que os assentamentos sejam criados em áreas adequadas e que as famílias beneficiadas recebam todo o suporte necessário para se estabelecerem e desenvolverem suas atividades produtivas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizou um monitoramento rigoroso sobre os conflitos agrários e verificou que houve uma significativa redução no número de ocupações de terra, o que pode ser visto no Mapa 1 e Gráfico 1. Em 2018, quando o governo Bolsonaro ainda não havia sido afetado pela pandemia, o número de ocupações chegou a 143 casos. Porém, em 2019 esse número caiu para 43, uma queda drástica. Considerando o período anterior, houve uma tendência de aumento, com 169 ocorrências em 2017 e 194 em 2016.

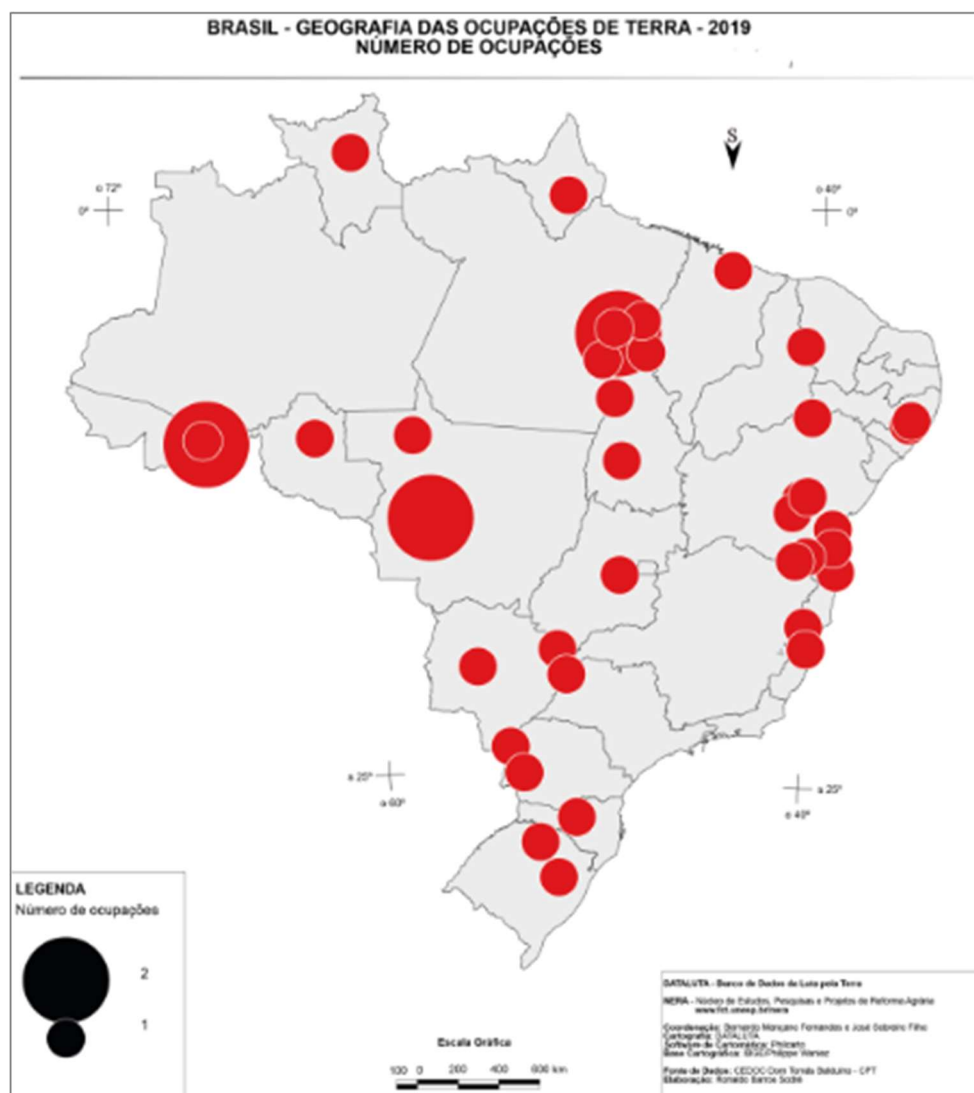
Apesar da queda registrada em 2019, a pandemia teve um impacto significativo nas ocupações de terras, provocada em apenas 29 casos em 2022. No entanto, isso não significa que o problema dos conflitos agrários tenha sido resolvido. De fato, muitas dessas ocupações são realizadas por famílias que vivem em condições precárias e não têm acesso às terras que são pensadas justamente por elas. A falta de acesso à terra é uma questão crônica e urgente que precisa de soluções efetivas para garantir a justiça e a equidade no acesso à terra. Além disso, é importante destacar que o acesso à terra é fundamental para garantir o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias e para o desenvolvimento do país como um todo. Por isso, é necessário que as autoridades implementem medidas que garantam a resolução dos conflitos agrários de maneira justa e equitativa para todas as partes envolvidas.

O Governo Bolsonaro tem defendido a posse de armamentos por parte da população, especialmente para os latifundiários, argumentando que isso os ajudaria a se defender contra ataques. No entanto, essa proposta tem sido amplamente criticada, uma vez que pode contribuir para o aumento da violência no país. Muitos argumentam que a disponibilidade de armas pode facilmente escalar conflitos, tornando uma situação mais perigosa para todos. Além disso, há preocupações quanto à segurança pública e ao aumento da criminalidade, especialmente se as armas caírem nas mãos de pessoas com mais intenções. Em vez de incentivar o porte de armas, é importante que o governo busque soluções que promovam a paz e a segurança, como a implementação de políticas e programas de segurança eficazes, a educação para o uso responsável de armas e a investigação em programas de desenvolvimento rural que pode ajudar a resolver conflitos de forma dolorosa.

Em 2019, ocorreram ocupações por todo o território brasileiro, com a maioria se concentrando na Amazônia e no Nordeste. Essas manifestações tiveram como

principal foco a defesa dos direitos ambientais e das populações tradicionais que vivem nas áreas afetadas pelas políticas públicas. Os atos de protesto ganharam força após o anúncio do governo federal de medidas que ameaçavam aumentar a exploração dos recursos naturais da região, sem levar em consideração os impactos sociais e ambientais.

**Mapa 1** – Geografia das ocupações de terra e número de ocupações no Brasil em 2019.



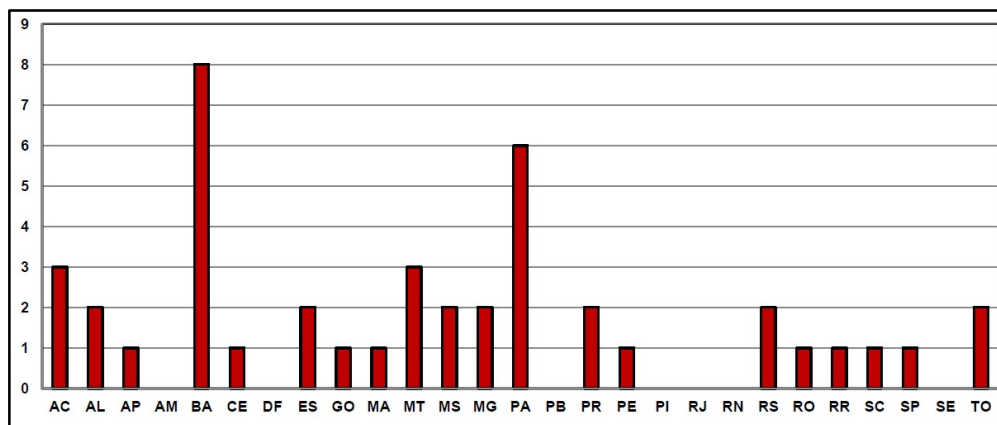
Fonte: DATALUTA, 2019.

Em 2019, o Brasil vivenciou uma série de ocupações de terra em diferentes regiões do país, sendo que a maior parte delas se concentra na Amazônia e no Nordeste. Essas manifestações tiveram como objetivo principal defender os direitos

ambientais e dos povos tradicionais que vivem nas áreas asseguradas pelas políticas públicas (ALENTEJANO, 2020). Os atos de protesto tomaram forma após o anúncio do Governo Federal de medidas que visavam intensificar a exploração dos recursos naturais da região, sem considerar os impactos negativos e as consequências sociais e ambientais que essa ação traria (MEDEIROS, 2020). As comunidades, preocupada com a preservação do meio ambiente e dos seus direitos, se uniu para mostrar sua insatisfação com essas políticas e cobrar uma atenção mais equilibrada às questões ambientais e sociais.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a realidade dos sem-teto no Brasil é preocupante, com cerca de 130 mil famílias lutando pelo direito de ter um assentamento adequado. No entanto, a situação parece piorar a cada ano, com o aumento de ações de despejos violentos realizadas pela polícia em várias regiões do país, incluindo Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Alagoas, Pará, Mato Grosso do Sul e outras. Estes despejos afetam frequentemente famílias que vivem e trabalham há décadas em áreas agrícolas, desrespeitando suas moradias e suas formas de subsistência. É importante destacar que a falta de políticas efetivas de reforma agrária e a atuação de grupos interessados em adquirir terras a qualquer custo intensificam essa situação, levando a uma grave violação dos direitos humanos.

**Gráfico 1** – Número de ocupações/retomadas por unidade da federação no Brasil em 2019.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino (CPT), 2019.

A entrega de títulos de terra foi uma das medidas mais enfatizadas pelo Presidente Jair Bolsonaro durante sua campanha eleitoral. Ele apontou o número de 420 mil títulos como uma de suas mais importantes realizações como líder (XAVIER, 2022). No entanto, esta afirmação é questionável, já que a quantidade apresentada parece ser exagerada. Além disso, o Presidente não menciona que a maioria dos títulos entregues são renovações de documentos já provisórios, e não títulos definitivos (XAVIER, 2022). Esta falta de transparência e precisão na apresentação dos dados

pode levar a uma distorção da realidade e a uma avaliação equivocada da efetividade das políticas governamentais relacionadas à entrega de títulos de terra.

Os dados compilados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apontam para a falsidade das afirmações do Presidente Jair Bolsonaro (PL) durante a campanha eleitoral (MONCAU, 2022). Ao invés do anunciado pelo governo, o número real de títulos entregues através do programa 'Titula Brasil' é significativamente menor, 37 mil, de acordo com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra). Isso significa uma diferença de cerca de 50 mil títulos em relação às afirmações divulgadas durante a corrida eleitoral (XAVIER, 2022).

A sobrevalorização dos dados é um problema crítico que deve ser levado a sério. Os títulos de terra são fundamentais para assegurar aos agricultores e às famílias o direito à terra e aos recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. A falta de transparência e precisão nas informações fornecidas pelo governo pode comprometer ainda mais o acesso à terra e os direitos agrários de muitas famílias no Brasil. É importante que o governo mantenha registros precisos e atualizados para garantir que todos tenham acesso justo e equitativo aos recursos naturais e aos direitos agrários.

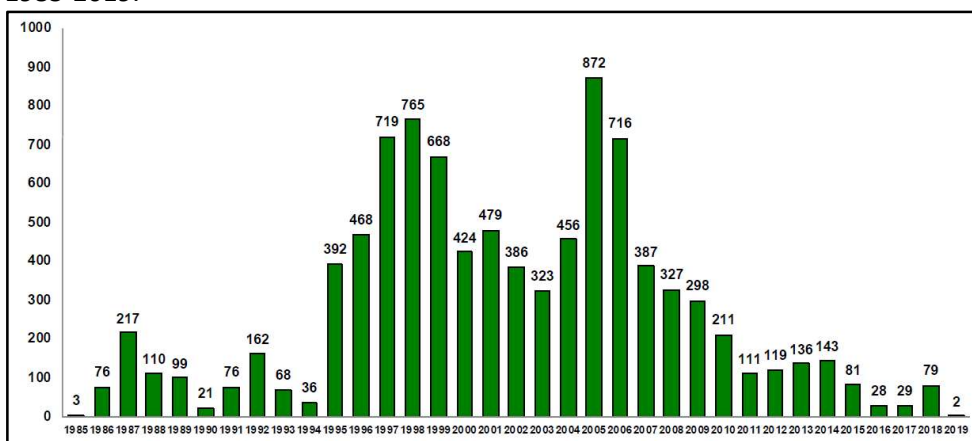
De acordo com o Movimento dos Sem Terra (MST), quase 9 em cada 10 registros distribuídos pelo governo federal não são, na verdade, documentos finais. Além disso, a grande maioria destes documentos foram emitidos para assentamentos existentes antes desta administração, e se tratam, simplesmente, da renovação deste tipo de certificado. Considerando que existem cerca de 1,3 milhão de famílias assentadas atualmente no país, apenas um pequeno número de 9 mil deles conseguiu atingir esta condição durante a atual gestão.

O Relatório DATALUTA BRASIL aponta claramente para um cenário problemático no que diz respeito à reforma agrária em 2019, conforme evidenciado pelo segundo gráfico. Isso reforça a importância deste tema para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, no entanto, a abordagem adotada pelo governo de Jair Bolsonaro é questionável. Ao invés de enfrentar o problema, o governo parece ter ignorado ou desvalorizado a importância da reforma agrária, já que o resultado é visto como positivo, mesmo que duas áreas quilombolas não sejam contempladas em suas políticas.

Desde o período de governos neoliberais de Sarney, Collor e Itamar, a política de reforma agrária do Brasil tem sido insuficiente e ineficaz para atender às demandas sociais por moradia e terra (ALENTEJANO, 2020). O governo de Fernando Henrique Cardoso foi um dos poucos destaques, pois criou um programa de reforma agrária que atendeu parcialmente às demandas dos movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, com o passar do tempo, a tendência neoliberal continuou, e os governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer não conseguiram fazer uma política significativa de reforma agrária. Com o atual governo de Jair Bolsonaro, a situação piorou ainda mais, pois a política de reforma agrária praticamente desapareceu (ALENTEJANO,

2020). Isso tem resultado em uma situação cada vez mais desfavorável para os camponeses e agricultores familiares, que enfrentam dificuldades para produzir alimentos e ficam cada vez mais vulneráveis. Além disso, a situação é agravada pelo acelerado desmatamento na Amazônia, que coloca em risco a biodiversidade da região e prejudica a produção agrícola.

**Gráfico 2** – Número de assentamentos rurais criados e reconhecidos no Brasil entre 1985-2019.



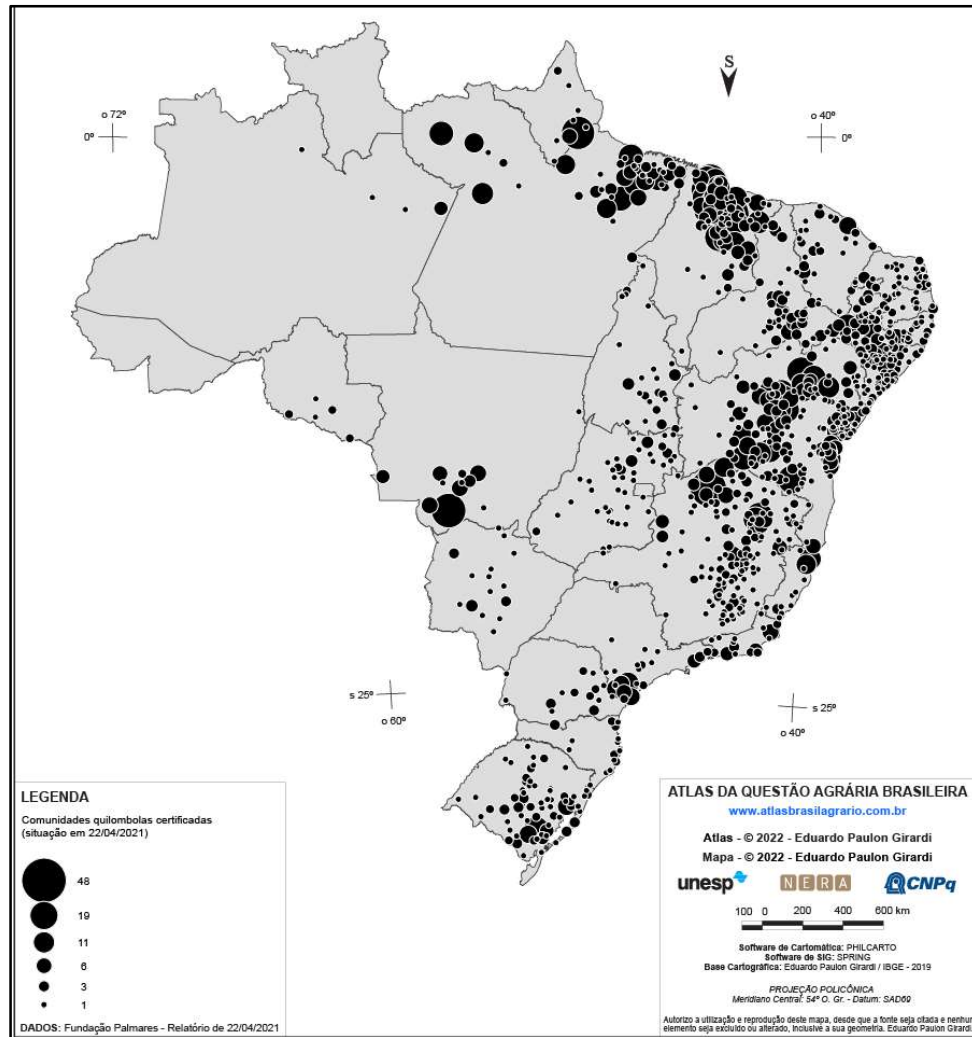
Fonte: INCRA/DATALUTA, 2019.

A entrega de registros provisórios de terra, conhecidos como Certificados de Cadastro de Unidade de Conservação (CCUs), era uma obrigação prevista pela Lei nº 8.629/1993. De acordo com essa lei, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tinha o dever de renovar esses CCUs dentro do prazo de cinco anos. Em comparação com outros governos anteriores, o desempenho do Presidente Bolsonaro no assentamento de famílias é considerado extremamente baixo. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, aproximadamente meio milhão de famílias foram assentadas, enquanto 747.777 famílias foram assentadas durante os governos de Lula e Dilma. Já durante o governo de Bolsonaro, apenas 9.228 famílias foram assentadas, o número mais baixo da história recente. Essa situação evidencia a falta de prioridade e compromisso do governo atual com a reforma agrária e o direito à terra para as famílias camponesas e agricultores familiares.

O governo de Bolsonaro oficializou os limites de dois territórios quilombolas, que previamente já haviam sido delimitados por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária: o Povoado Forte, que abrange os municípios de Nossa Senhora das Dores e Cumbe, em Sergipe (delimitado em 2017) e o Quilombo Invernada Paiol de Telha-Fundão, situado no município de Guarapuava, Paraná (delimitado em 2014) (CORRÊA, MONTEIRO, MARÇAL, 2020). Após anos de lutas em defesa de suas terras, duas comunidades finalmente conseguiram o reconhecimento da sua propriedade. O Quilombo Invernada foi autorizado judicialmente, sendo que isso

representa uma vitória importante não só para a comunidade, mas para todos os quilombolas do Brasil. Esse reconhecimento é fruto de um longo processo de luta e resistência, onde as comunidades enfrentaram diversos obstáculos na gestão Bolsonaro.

**Mapa 2.** Comunidades Quilombolas Certificadas no Brasil entre 2004–2021.



Fonte: DATALUTA, (2019)

As comunidades remanescentes de quilombos buscam, acima de tudo, a legitimação de suas terras e territórios, para assim ter acesso ao que lhes é de direito e ao que a política pública lhes garante. No ano de 1988, o artigo 68 da seção de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal concedeu direitos aos remanescentes das comunidades quilombolas ocupantes de suas terras, garantindo-lhes a propriedade definitiva e emitindo-lhes os respectivos



títulos. Esta lei foi promulgada cem anos após a abolição da escravatura, no entanto, muito ainda precisa ser feito para sua aplicação plena.

O processo de titulação de terras é marcado por longos períodos de espera, ineficiência e burocracia. Existem comunidades quilombolas que aguardam a conclusão de seu processo de titulação há mais de 20 anos, e ainda assim sem sucesso. De acordo com o site da Fundação Cultural Palmares, em 2021 havia 2.809 comunidades quilombolas certificadas, mas apenas 33 delas tinham sua titulação definitiva e legal, o que garante o reconhecimento oficial de seu direito ao território. Essa situação demonstra a urgência de uma revisão e aperfeiçoamento do processo de emissão de títulos para garantir a proteção dos direitos dessas comunidades e sua continuidade cultural.

A agricultura no Brasil tem sido marcada pela utilização crescente de agrotóxicos ultrapassados, segundo Souza et al. (2020). Embora o país esteja avançando na adoção de tecnologias biotecnológicas, o uso de agrotóxicos perigosos, alguns dos quais já foram banidos em outros países, ainda é comum. A cultura transgênica, inserida no Brasil há cerca de 15 anos, é uma das principais fontes de uso de agrotóxicos (SILVA et al., 2020). A Revolução Genética não tem sido capaz de substituir a Revolução Verde dos agrotóxicos, mas sim de fortalecê-la. Em vez de uma tecnologia substituir a outra, a Revolução Genética está ligada ao mesmo paradigma da Revolução Verde, sendo apenas mais uma acumulação de tecnologias vinculadas ao mesmo modelo agrícola

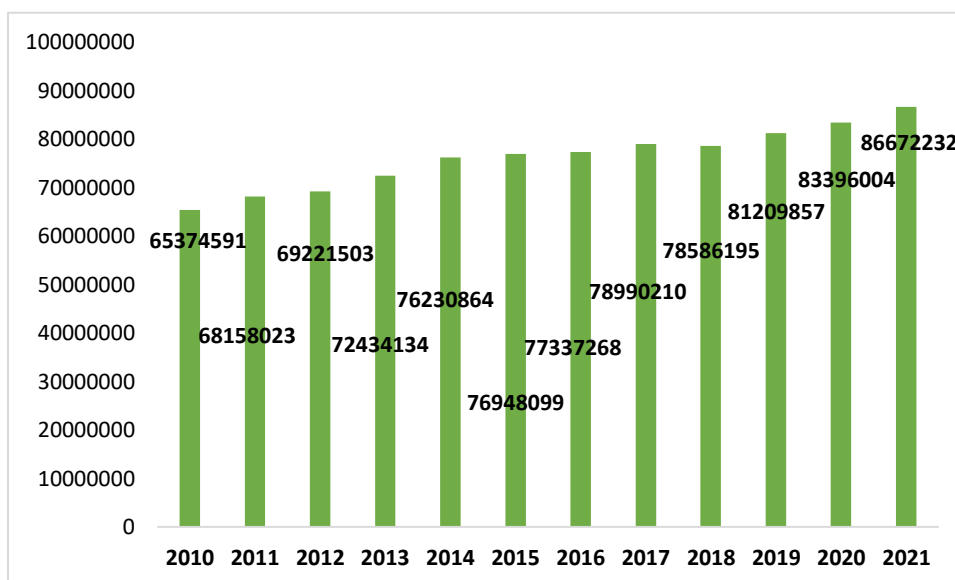
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), é possível perceber o impacto da evolução tecnológica no setor agrícola no Brasil. Em 2010, houve destinação de 59.059.599 hectares para as culturas temporárias e 6.314.992 hectares para as permanentes. Entretanto, ao longo dos anos, esse cenário mudou consideravelmente, visto que em 2020, esses números aumentaram para 77.965.057 e 5.430.947 hectares, respectivamente. De forma geral, o total de áreas agricultáveis passou de 65.374.591 hectares em 2010 para 83.396.004 hectares em 2020, o que equivale a um aumento de 27,6%. Estes dados evidenciam o crescente interesse e investimento na tecnologia agrícola, resultando em uma ampliação significativa nas áreas destinadas à agricultura.

O aumento do uso de agrotóxicos no Brasil, conforme apontado pelos relatórios de comercialização divulgados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), é uma questão preocupante. O crescimento de 78,3% na quantidade de agrotóxicos vendidos entre 2010 e 2020 indica um risco claro para a saúde humana e para o meio ambiente. É fundamental que as autoridades responsáveis tomem medidas eficazes para regular o uso de agrotóxicos, a fim de garantir a proteção da população e do meio ambiente.

Os dados apresentados pelo gráfico 02 são ainda mais alarmantes: houve um aumento de 384.501,28 toneladas de ingredientes ativos em 2010 para 685.745,68 toneladas em 2020, o que representa um crescimento de 2,8 vezes em relação ao período anterior. Isso demonstra que, apesar do crescimento da área cultivada, a

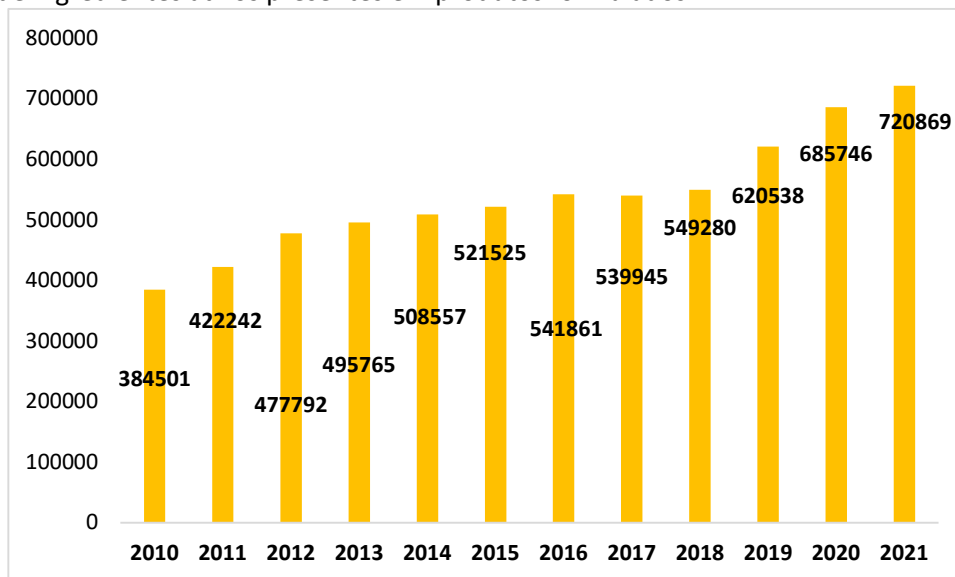
quantidade de agrotóxicos comercializados no país é ainda muito elevada. É preciso tomar medidas para frear esse crescimento antes que seja tarde demais.

**Gráfico 1** – Áreas totais em hectares, cultivadas no Brasil com lavouras temporárias e lavouras permanentes, entre 2010 a 2021.



Fonte: IBGE, (2022).

**Gráfico 2** – Agrotóxicos comercializados no Brasil entre 2010 a 2021 - Toneladas de ingredientes ativos presentes em produtos formulados.



Fonte: IBAMA (2023).

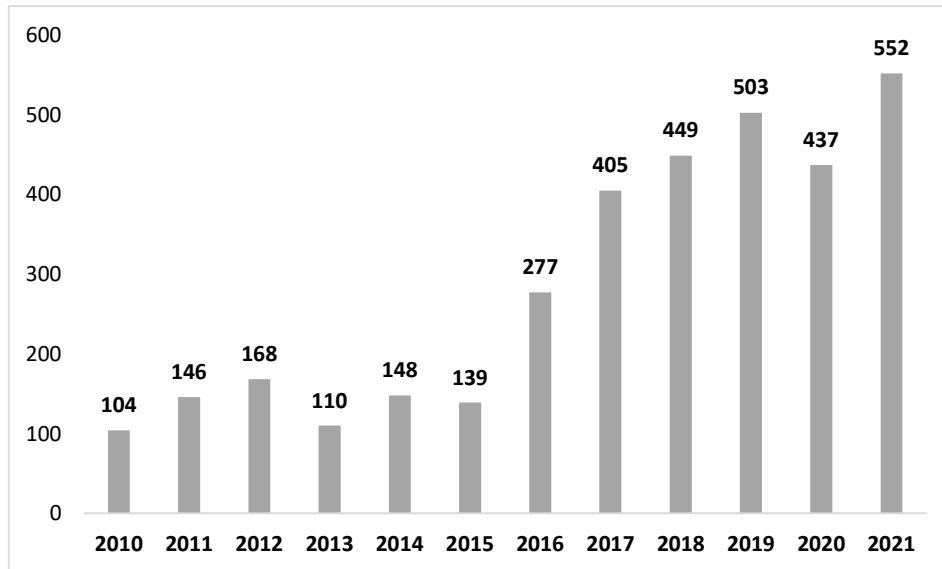
A Anvisa (Autoridade Nacional de Vigilância Sanitária) registrou um total de 504 ingredientes ativos de agrotóxicos destinados ao uso no Brasil em 2022. Destes, 107 (21,2%) vêm de fontes biológicas, como microorganismos, semióquimos e feromônios, enquanto o restante (397) consiste em produtos químicos sintetizados industrialmente. Preocupantemente, um grande número de ingredientes ativos de agrotóxicos (146, 36,8%) não é permitido para uso na União Europeia, mas ainda são autorizados no Brasil, incluindo cadusafós, etoprofós, fipronil, entre outros (FAO, 2015). Essa realidade é ainda mais alarmante quando comparada a outros países, como a China, onde estes componentes já não são registrados. Em 2020, 45,2% dos 31 ingredientes de agrotóxicos comercializados no país eram proibidos na União Europeia. É crucial que as autoridades competentes tomem medidas para restringir o uso de ingredientes ativos perigosos e garantir a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

O aumento no número de novos produtos agrotóxicos aprovados para uso no Brasil é alarmante. De acordo com dados divulgados pela Pecuária e Abastecimento, o número de agrotóxicos aprovados para uso no país aumentou significativamente de 90 entre 2005 e 2020 para 552 em 2021. Este aumento pode ser atribuído ao modelo agrícola atualmente prevalente, que é marcado pela privatização das sementes, da pesquisa e da comoditização da terra e da comida.

Adicionalmente, a influência corporativa tem tido um impacto negativo na regulamentação e na democracia, contribuindo para a desregulação do setor. É importante destacar que a presença de tantos novos agrotóxicos pode representar um risco para a saúde humana e para o meio ambiente. Portanto, é fundamental que as autoridades competentes tomem medidas para regular o uso desses produtos e garantir a proteção da população e do meio ambiente.

O presente estudo apresenta evidências de que as políticas públicas brasileiras em relação ao uso de agrotóxicos são ineficientes e contribuem para a ampliação dos riscos de contaminação e envenenamento na população e no meio ambiente. Aprovações massivas de novos produtos agrotóxicos, mesmo sabendo-se dos seus potenciais efeitos negativos, evidenciam a negligência das autoridades em proteger a saúde humana e ambiental. Ao mesmo tempo, esses agrotóxicos, que são amplamente utilizados no Brasil, foram proibidos pela União Europeia, devido aos perigos comprovados de sua utilização. Esse fato sublinha a importância de um aperfeiçoamento urgente das políticas públicas e da fiscalização quanto ao uso de agrotóxicos no país.

**Gráfico 3** – Número de produtos contendo agrotóxicos aprovados para uso no Brasil entre 2010 a 2021.



Fontes: Brasil, 2022; contra os agrotóxicos, 2022.

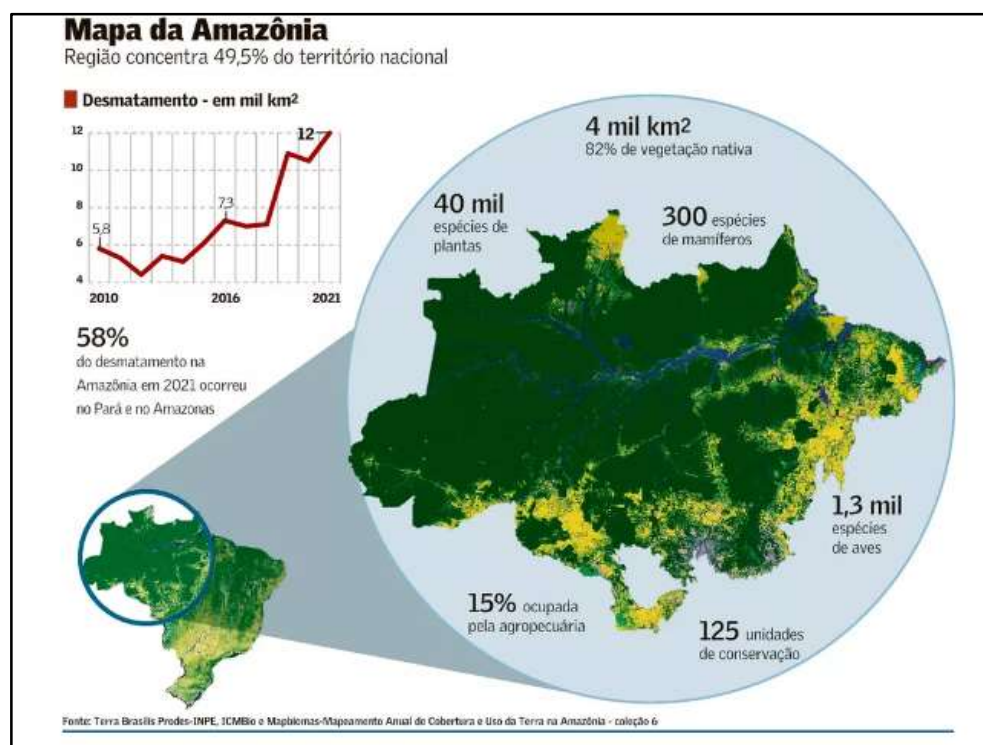
O aumento do poder político da extrema-direita no governo federal tem gerado graves consequências na Amazônia, incluindo a intensificação da expropriação, da estrangeirização e das tensões territoriais na região. A política de "terra arrasada" tem resultado em graves impactos ambientais e sociais, prejudicando a vida e o modo de viver de comunidades indígenas e quilombolas (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). Esta situação é agravada pela escalada da violência contra essas comunidades, ameaçando a vida e os meios de subsistência desses grupos. A disputa capitalista por meios de produção e recursos é um fator importante que contribui para a singularidade da questão agrária na Amazônia, e é agravado pela diversidade socioambiental da região (MICHELOTTI, MALHEIRO, 2020). A política do governo está comprometendo a existência dos povos indígenas e quilombolas, além de causar graves impactos ao equilíbrio ambiental da região, o que é uma questão de extrema importância e urgência que deve ser abordada de forma efetiva.

Desde o início do governo Bolsonaro, a política de desenvolvimento tem favorecido grupos econômicos poderosos, como grandes proprietários rurais, empresas mineradoras e o setor agropecuário, em detrimento das populações ribeirinhas. Essa política tem causado graves prejuízos ao meio ambiente e às comunidades tradicionais que vivem nas margens dos rios, prejudicando o avanço econômico e social que havia sido conquistado nas últimas décadas pelas classes populares. Além disso, a exploração mineral está resultando em graves impactos ambientais, incluindo a degradação do meio ambiente e a contaminação dos recursos hídricos,

ameaçando a vida e o modo de vida dessas comunidades. A política de desenvolvimento adotada pelo governo tem como resultado a expropriação e a perda de direitos de populações tradicionais e vulneráveis, perpetuando a desigualdade e o desequilíbrio social na região.

As organizações empresariais negam a existência de um aumento na disputa pela terra na região rural, mas essa negação não significa que elas não tenham responsabilidade pelos impactos negativos que seus negócios causam na produção de gado. Essas grandes empresas de comércio de mercadorias controlam diversos frigoríficos de última geração, mas ao mesmo tempo o desmatamento continua em alta, o que foi confirmado por pesquisas realizadas pelo Instituto Socioambiental (ISA). O Mapa 3 ilustra o nível acumulado de desmatamento, o número de desmatamentos ocorridos em 2010, 2016 e 2021, e como áreas importantes, como Reservas Naturais e Terras Indígenas, estão sendo diretamente afetadas por essas práticas negativas. É importante destacar que esses impactos têm consequências graves para o meio ambiente e para as comunidades locais que dependem da preservação da floresta para sua sobrevivência.

**Mapa 3** – Avanço sobre novas fronteiras na Amazônia Legal, 2010 – 2021.

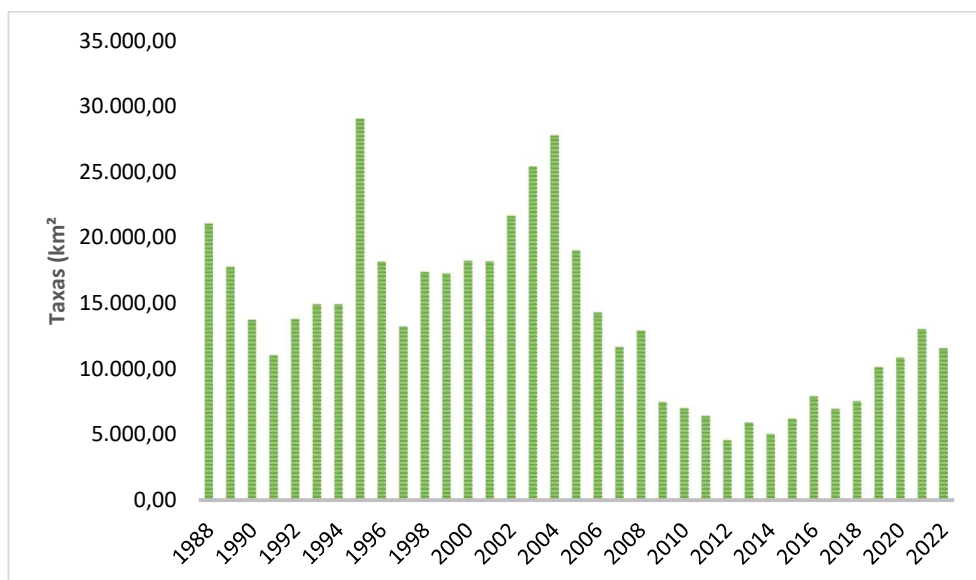


Fonte: TERRA BRASILLIS PRODES-INPE (2022).

A lógica econômica que prioriza o lucro sobretudo, está colocando em risco não apenas a nossa saúde ambiental, mas também a própria sobrevivência de espécies inteiras e ecossistemas inteiros. O processo de mercantilização da natureza significa

que bens naturais são vistos apenas em termos de seu valor econômico, ignorando completamente seus aspectos ambientais e sociais. Infelizmente, isso tem levado a um agravamento dos problemas ambientais, especialmente no caso da Amazônia. De acordo com dados do PRODES (Monitoramento do desflorestamento da floresta amazônica brasileira por satélite), a tendência de desmatamento tem sido crescente, com um aumento significativo nos últimos anos. Esses dados indicam claramente que é necessário tomar medidas urgentes para proteger o meio ambiente e conter o avanço do desmatamento na região. Se não agirmos agora, a degradação ambiental e a perda da biodiversidade podem se tornar irreversível.

**Gráfico 6** – Taxa de desmatamento na Amazônia Legal 1988-2022.



Fonte: INPE/PRODES, 2023.

Desde 2009, a Amazônia Legal testemunhou uma forte queda nas taxas de desmatamento, mas infelizmente essa estabilidade foi interrompida em 2016, com um aumento alarmante em 2021. A falta de comprometimento do governo com o progresso na região tem colocado os habitantes da Amazônia, que dependem da natureza para sobreviver, em grave perigo. O processo de definição de terras e territórios foi interrompido e houve um aumento da violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e sem-terra. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2020), 86% dos 29 assassinatos documentados em 2019 ocorreram na Amazônia Legal. Infelizmente, muitos destes atos de violência são perpetrados contra essas comunidades. É importante destacar que é necessário agir de forma urgente para proteger as pessoas e o meio ambiente na Amazônia.

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) priorizou a redução de obstáculos à exploração minerária em larga escala na Amazônia, incluindo em terras indígenas,

através da aprovação de diversos projetos de lei. Estes projetos estabelecem diretrizes específicas para a realização de pesquisas de minerais, aproveitamento de hidrocarbonetos e geração de energia elétrica em terras indígenas, além de prever a indenização desses povos por restrições ao uso de suas terras. No entanto, o conflito entre os interesses nacionalistas, o poder econômico do grande capital e a luta dos povos indígenas pela preservação de sua independência territorial levou ao estabelecimento de condições específicas para a realização da mineração em tais regiões.

A implementação destes projetos de lei tem um impacto significativo na vida e no modo de vida dos habitantes da Amazônia, especialmente para os povos indígenas que dependem diretamente da natureza para sua sobrevivência. A exploração mineral nessas regiões pode causar danos irreparáveis ao meio ambiente e aos recursos naturais, além de comprometer a segurança e o bem-estar desses povos. É importante destacar que a Amazônia é uma região de vital importância para o equilíbrio do clima mundial, sendo considerada como "pulmão verde da Terra". Portanto, é crucial que sejam considerados não apenas os interesses econômicos, mas também os impactos sociais e ambientais antes de se avançar com a exploração mineral nesta região.

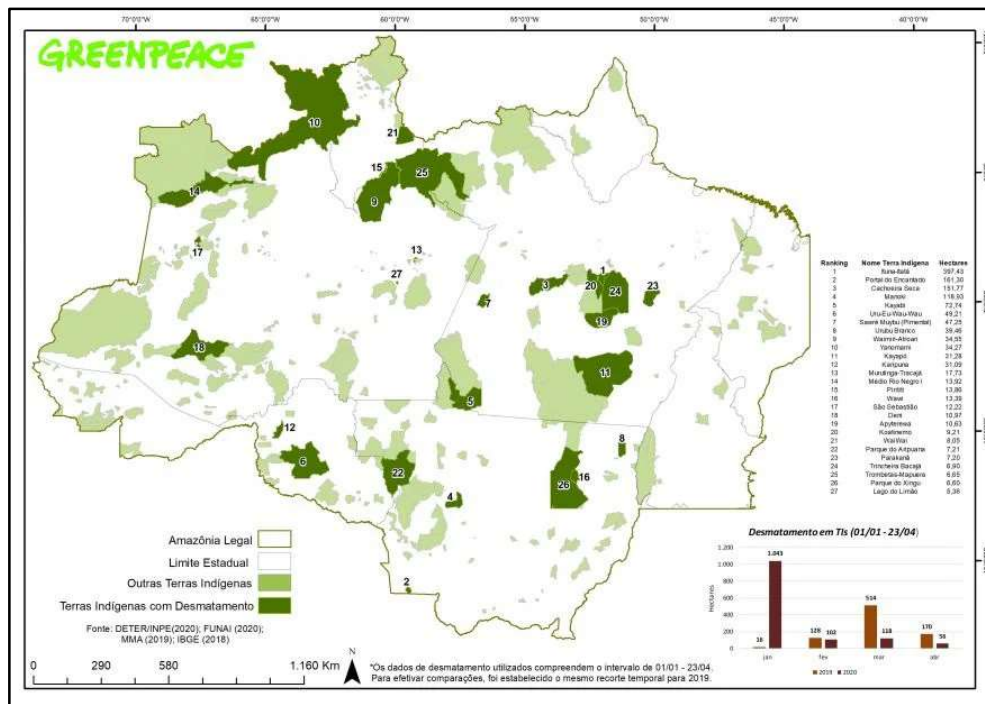
Durante seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro implementou medidas significativas para debilitar a proteção ambiental e as agências encarregadas de aplicá-la. Essas ações incluem a militarização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a redução drástica dos investimentos na proteção ambiental, o corte das operações de combate ao desmatamento e a obstrução à investigação de infrações ambientais. Além disso, o governo de Bolsonaro ameaçou territórios indígenas e unidades de conservação, colocando ainda mais em risco a biodiversidade e os recursos naturais do país. Todas essas ações são preocupantes e representam uma ameaça ao meio ambiente e às comunidades que dependem dele.

A relação entre a pandemia de Covid-19 e a degradação ambiental é alarmante. A devastação da floresta, como a Amazônia, está aumentando o risco de propagação de novas doenças para as pessoas, pois a redução de áreas selvagens e o aumento do contato entre espécies são fatores preocupantes. Além disso, a destruição da floresta afeta sua capacidade de mitigar o efeito estufa, pois reduz a capacidade de absorção de dióxido de carbono. A combinação desses dois problemas é uma ameaça real para o meio ambiente e para a saúde humana, e exige ações imediatas para proteger a floresta e os seus habitantes.

A relação entre a pandemia de Covid-19 e a degradação ambiental é alarmante. A devastação da floresta, como a Amazônia, está aumentando o risco de propagação de novas doenças para as pessoas, pois a redução de áreas selvagens e o aumento do contato entre espécies são fatores preocupantes. Além disso, a destruição da floresta afeta sua capacidade de mitigar o efeito estufa, pois reduz a capacidade de absorção de dióxido de carbono. A combinação desses dois problemas é uma ameaça real para o meio ambiente e para a saúde humana, e exige ações imediatas para proteger a floresta e os seus habitantes.

O Mapa 4 retrata claramente o crescente problema do desmatamento na Amazônia. É evidente que o desmatamento tem avançado rapidamente, deslocando para o norte o que ficou conhecido como o "arco do desmatamento". O mapa mostra a expansão da mancha verde escura em todos os estados da Amazônia, com taxas alarmantes de destruição, especialmente nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão. É importante destacar que essa expansão não apenas ameaça a biodiversidade e a vida selvagem, mas também tem impactos graves na qualidade de vida das comunidades locais, na saúde e na segurança, bem como nas contribuições da Amazônia para a regulação do clima global. É necessária uma ação imediata e decisiva para combater o desmatamento e proteger essa região vital e única.

**Mapa 4** – As terras indígenas mais desmatadas do Brasil em 2020.



Fonte GREENPEACE BRASIL (2020).

A negligência dos direitos dos Yanomamis na região de Roraima tem levado a graves consequências, incluindo a elevada contaminação por mercúrio no garimpo ilegal de ouro. Com a promulgação da lei 1.453/2021, a situação se tornou ainda mais complicada, pois os líderes indígenas não foram consultados e as normas internacionais e nacionais de proteção aos povos indígenas não foram respeitadas. A lei deu luz verde para concessões simplificadas de garimpos e para a utilização do



azougue na extração de ouro, sem considerar os efeitos negativos para os Yanomamis e seu meio ambiente.

A perpetuação de atos políticos que descumprem os direitos dos povos indígenas é uma questão graves e preocupante. Tanto os garimpeiros ilegais quanto o próprio Estado de Roraima têm agido de forma ilegítima e prejudicial às comunidades indígenas. Isso foi comprovado pelo Tribunal Supremo Federal, que afirmou que a lei 1.453/2021 implementada por Roraima viola a Constituição. Além disso, a falta de consulta aos líderes indígenas e o descumprimento de normas internacionais e nacionais contribuem para a continuidade da discriminação e opressão desses povos. É imperativo tomar medidas concretas para proteger e respeitar os direitos dos povos indígenas e garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas sejam atendidas.

O desrespeito pelos direitos dos Yanomamis na região de Roraima tem sido alarmantemente evidenciado pela desigualdade de poder existente entre eles e os garimpeiros ilegais. A exposição dos indígenas a formas tanto diretas quanto indiretas de violência tem sido assustadoramente frequente, incluindo a contaminação da água, relatos de tortura e até mesmo morte. Além disso, a introdução da pandemia de COVID-19 pelos garimpeiros tem agravado ainda mais a situação, com o registro de 949 casos entre a população Yanomami até outubro de 2020.

A violência contra os Yanomamis na região de Roraima é uma questão grave que desrespeita a Convenção de Mercúrio e cria uma preocupação global. Embora haja uma atuação por parte do governo federal, ela tem sido insuficiente para encerrar a exploração ilegal de ouro e proteger os direitos dos povos indígenas, meio ambiente e Constituição. A presença de 20.000 garimpeiros, que poluem os sistemas fluviais com mercúrio, exerce enorme pressão sobre a floresta e as comunidades indígenas, causando graves danos à saúde e ao meio ambiente (CARTACAPITAL, 2023). Além disso, a falta de ação efetiva para combater a violência perpetua a desigualdade entre os Yanomamis e os garimpeiros e perpetua o descumprimento dos direitos indígenas.

A situação dos Yanomamis é uma tragédia ambiental e humana, que está sendo acelerada pela aproximação de garimpeiros, madeireiros, e caçadores, que estão forçando a colonização da terra Yanomami. Essa interação desarmoniosa cria um clima de tensão e violência que coloca em risco a sobrevivência desse povo. De acordo com a Pastoral da Terra, em 2021, quase todas as mortes relacionadas a disputas de propriedade no Brasil foram de Yanomamis, principalmente devido a invasões de garimpeiros. Além disso, o uso de equipamentos pesados, como dragas, tem resultado na perda de vidas, inclusive de crianças Yanomamis. Este cenário é uma ameaça ao direito de existir dos Yanomamis e representa um genocídio ambiental e cultural, que deve ser denunciado e combatido de forma urgente.

O drama humanitário dos Yanomamis em Roraima é uma questão que tem sido denunciada há anos, mas só recentemente, com a declaração da emergência de

saúde pública no território Yanomami e com a visita do Presidente Lula, ganhou a atenção e o reconhecimento merecidos (CARTACAPITAL, 2023). As entidades de proteção aos povos originários buscam combater a deserção dos indígenas e esperam que a divulgação dessas questões resulte na responsabilização das autoridades e na punição dos culpados, incluindo aqueles que são responsáveis pela violência e pela destruição do meio ambiente. É hora de agir e proteger essa comunidade vulnerável, garantindo-lhes direitos fundamentais, como saúde, justiça e dignidade.

Os tristes relatos da crise sanitária, que deixou 570 crianças índias mortas nos últimos quatro anos, causadas por mercúrio, desnutrição, malária e pneumonia, revelam o tratamento cruel a que os Yanomami foram submetidos (CARTACAPITAL, 2023). A tragédia é resultado da exploração ilegal dos garimpeiros e do descaso demonstrado pelo poder público durante o governo de Jair Bolsonaro, de acordo com associações de proteção indígena.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como a economia brasileira tem evoluído desde os anos 70 é perceber as transformações do território nacional. O presente trabalho de pesquisa entende que não é possível separar espaço e sociedade, assim, compreender a transformação das relações sociais de produção também significa observar a mudança do território brasileiro.

Compreendendo o panorama atual, podemos constatar que a globalização financeira é o marco deste período, uma vez que as relações sociais de produção capitalistas alcançaram a dimensão global e interligaram-se, formando um espaço que abarca o capitalismo mundializado. Por conta disso, o capital tornou-se altamente móvel e isso foi possível graças ao avanço das tecnologias de informação. Assim, a globalização tem ampliado os limites territoriais dos países, permitindo que as relações de produção capitalista se estendam e os mercados nacionais se abram para o comércio e a finança. Este processo tem sido impulsionado pelas atitudes dos Estados em seus respectivos territórios.

As questões recentes do cenário político mundial, os desafios relacionados à concentração de riquezas e a disparidade social, somados às tragédias ambientais constantes, geraram um pensamento crítico que valoriza a diversidade e reconhece a necessidade da autodeterminação, o que tem estimulado o debate em busca de soluções que possam propiciar convivência harmoniosa.

Refletimos sobre a administração do Presidente Bolsonaro. Abordamos as características que diferenciavam seu governo dos demais que vieram antes dele, já que, como afirmamos naquela redação, Bolsonaro implementou um avanço nas políticas neoliberais no Brasil.

O governo Bolsonaro, realizou ações políticas que deixaram sua marca em áreas tão diversas quanto agricultura, meio ambiente e direitos sociais. Por meio deste

artigo, analisamos diversos exemplos para entender suas singularidades. Discutimos questões como ocupações de terra, manifestações, assentamentos, uso liberal de agrotóxicos, expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia.

A robustez dos grupos internacionais, incentivada pelo emprego de agrotóxicos e a alienação de terras para o capital internacional, vem ameaçando as organizações dos trabalhadores, propiciando a elevação dos índices de conflitos, opressão, assassinatos, e outras formas de reacionarismo, de acordo com o governo Bolsonaro. As políticas em relação ao campo foram redirecionadas para favorecer os interesses dos grandes investidores, patrocinado pelo sistema financeiro.

Em meio à onda de desregulamentação, a Reforma Agrária, resultado de anos de lutas de milhares de famílias sem-terra, foi deixada de lado. Assim como os programas de aquisição de alimentos de agricultura familiar, assim como a demarcação de terras indígenas e quilombolas. O governo passou a incentivar a invasão de terras públicas para formação de pastagens e exploração mineral, aumentando assim a destruição da floresta Amazônica e do Cerrado, com a realização de queimadas, com a paralisação de procedimentos de definição de terras e territórios e o aumento da violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e sem-terra.

#### AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 0006/2021.

#### REFERÊNCIAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Monografias de agrotóxicos. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoinformacao/dadosabertos/informacoes-analiticas/monografias-de-agrotoxicos>>. Acesso em: 06 jan. 2023.

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>. Acesso em: 3 fev. 2023.

ARAÚJO, D, F, C, de; ARAÚJO SOBRINHO, FL Cultura agrícola da cana-de-açúcar no Brasil: contribuição ao estudo dos territórios rurais e suas contradições e conflitos. *Geopauta*, [S. l.] , v. 4, n. 1, pág. 162-183, 2020. DOI: 10.22481/rg.v4i1.6303. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/6303>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CARLA, MARIA. **GENOCÍDIO DE YANOMAMIS E CRISE HUMANITÁRIA É O LEGADO DO GOVERNO BOLSONARO AO BRASIL**. 2023. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/genocidio-de-yanomamis-e-crise-humanitaria-e-o-legado-do-governo-bolsonaro-ao-brasil/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CARTACAPITAL. Genocídio? Drama humanitário dos yanomami pode reforçar denúncias contra Bolsonaro no TPI. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genocidio-drama-humanitario-dos-yanomami-pode-reforcar-denuncias-contrabolsonaro-no-tpi/>. Acesso em: 24 jan. 2023.

CONTRA OS AGROTÓXICOS. Agrotóxicos e transgênicos, retrocessos sócio-ambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/wp-content/uploads/2020/12/AGROTOXICOS-E-TRANSGENICOSRetrocessos-socioambientais-e-avancosconservadores-no-governo-Bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CHESNAIS, F. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Boitempo: São Paulo, 2012.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

CORRÊA, G. S.; MONTEIRO, G. R. F. de F.; MARÇAL, D. C. A questão quilombola na conjuntura atual: conflitos, desafios e r-existências. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 249–284, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12509. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12509>. Acesso em: 3 fev. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. Tabela Manifestações. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/8-manifestacoes/14171-manifestacoes-2019>. Acesso em: 29 jan. 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Despejos, assassinatos e reforma agrária paralisada marcam primeiro ano do governo Bolsonaro. Goiânia: CPT. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5037-despejos-assassinatos-e-reforma-agraria-paralisada-marcam-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 06 jan. 2023.

DATAUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente: Rede DATALUTA, 2019.

ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 13, p. 153-170, 2011.

FONSECA Bruno; ROHDEN Júlia. 14 mil pessoas foram intoxicadas por agrotóxicos durante governo Bolsonaro. MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/12/15/14-mil-pessoas-foram-intoxicadas-por-agrotoxicos-durante-governo-bolsonaro/>. Acesso em 23/01/2023.

GREENPEACE BRASIL. Desmatamento em terras indígenas aumenta 64% nos primeiros meses de 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-em-terras-indigenas-aumenta-64-nos-primeiros-meses-de-2020/> Acesso em: 24 jan. 2023.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

INPE. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> . Acesso em 23/01/2023. Acesso em: 24 jan. 2023.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Coordenação geral de observação da terra. Programa de monitoramento da Amazônia e demais biomas. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Relatórios de comercialização de agrotóxicos. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos#boletins-nuais>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção agrícola municipal. Área plantada (hectares). Lavouras temporárias. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em: agosto 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Produção agrícola municipal. Área plantada (hectares). Lavouras permanentes. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>>. Acesso em: agosto 2022.

KLUCK, E. G. J. Terra e Floresta em foco: percursos recentes da regularização da terra e anistia a crimes ambientais. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 681–711, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12507. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12507>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MEDEIROS, L. S. de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 490–521, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12502. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12502>. Acesso em: 4 fev. 2023.

- MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MICHELOTTI, F.; MALHEIRO, B. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 641–680, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12495. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12495>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- MITIDIERO JUNIOR, M. A.; MOIZÉS, B. da C.; MARTINS, L. A. Parlamento parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 600–640, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12512. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12512>. Acesso em: 4 fev. 2023.
- MONCAU, Gabriela. Entenda porque a propaganda de distribuição de títulos de terra de Bolsonaro é fake. MST, 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/10/26/entenda-porque-a-propaganda-de-distribuicao-de-titulos-de-terra-de-bolsonaro-e-fake/>. Acesso em 23/01/2023.
- NOBRE, M. Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo, Ed. Todavia, 2020.
- OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. 1. ed. SÃO PAULO: IÂNDE EDITORIAL, 2016. 545p.
- PERPETUA, G. M.; HECK, F. M.; THOMAZ JUNIOR, A. A questão agrária e o trabalho rural nos governos Temer e Bolsonaro: ascensão da extrema-direita e retrocessos sociais no Brasil do Pós-Golpe. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 219–248, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12543. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12543>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- PRAZERES, L. Bolsonaro decreta GLO ambiental; ações do Ibama e ICMBio ficam sob comando de militares. O Globo. Rio de Janeiro, 07 de maio de 2020. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-decreta-glo-ambiental-acoes-do-ibama-icmbio- ficam- sob-comando-de-militares-1-24414668>. Acesso em 03/02/2023.
- SANTOS, G. V. dos. Governo Bolsonaro: o retorno da velha política genocida indígena. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 426–457, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12527. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12527>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1994].

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12518. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12518>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SOUZA, M. M. O.; GURGEL, A. do M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; FRIEDRICH, K. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no Governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 319–352, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12561. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12561>. Acesso em: 24 jan. 2023.

SOYER, G.; BARBOSA JR, R. O extrativismo agrário do Governo Bolsonaro a partir das relações Estado-Sociedade. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 522–554, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12553. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12553>. Acesso em: 4 fev. 2023.

WANDERLEY, L. J.; GONÇALVES, R. J. de A. F.; MILANEZ, B. O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 555–599, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12457. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12457>. Acesso em: 4 fev. 2023.

XAVIER, Getúlio. Quase 90% dos títulos de terras concedidos por Bolsonaro são apenas provisórios. *Carta Capital*, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quase-90-dos-titulos-de-terras-concedidos-por-bolsonaro-sao-apenas-provisorios/>. Acesso em 23/01/2023.

Contato com o autor: original.feo@gmail.com

Recebido em: 06/22/2022

Aprovado em: 15/11/2023